

PPGPP
30 ANOS

IOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Pesca e seguridade social: a experiência do seguro defeso na Ilha do Capim, Abaetetuba/PA

Tairis Dias Costa¹

Fabiola Gomes Santos²

Deyvson Pereira Azevedo³

Aelton Dias Costa⁴

RESUMO

A atividade pesqueira tem relação direta com o modo de vida de diversas comunidades amazônicas. Assim, é necessário que se constituía políticas eficazes. Neste sentido, o presente estudo tem o objetivo de contextualizar as políticas de pesca no Brasil e de observar o Seguro Defeso na Ilha do Capim. Para isso, foi utilizado leituras-chaves Abdallah (1998) e Azevedo (2012), além de aproveitamento da disciplina Vivencia de Campo II (14 a 21) de outubro de 2022. Apesar das dificuldades vivenciadas para o recebimento do seguro pelos pescadores sendo essencial para reprodução do modo de vida.

Palavras-chave: Política pública 1; Seguro defeso 2. Pescadores 3.

ABSTRACT

The fishing activity is directly related to the way of life of several Amazonian communities. Thus, it is necessary to constitute effective policies. In this sense, the present study aims to contextualize fishing policies in Brazil and to observe the Seguro Defeso on Ilha do Capim. For this, key readings Abdallah (1998) and Azevedo (2012) were used, in addition to taking advantage of the discipline Vivencia de Campo II (October 14 to 21, 2022). for reproduction of the way of life.

Keywords: Public policy 1; Closed insurance 2. Fishermen 3.

1 INTRODUÇÃO

A pesca é uma das primeiras atividades realizadas em prol da sobrevivência humana, antes dos cultivos e criações. Na região amazônica, a pesca artesanal tem grande importância para a reprodução das famílias, seja pela garantia

¹ Universidade Federal do Pará; Graduanda; tairisdiascosta@gmail.com

² Universidade Federal do Pará; Graduanda; fabiola16santos@outlook.com

³ Universidade de Brasília; Mestre; deyvsonpa@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Pará; Mestrando; aeltondcosta@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



de proteína, segurança alimentar e nutricional, ou pela geração de renda e emprego. A atividade pesqueira entrelaça-se com demais atividades que vão desde a captura do animal até os reparos nos apetrechos, estando assim, intimamente ligada à arte, à identidade e aos diferentes modos de vida de diversas comunidades (MOREIRA, 2010).

A partir da década de 1960 a pesca passou a ser mais visada internacionalmente, principalmente pelo modo de produção industrial. Porém, a pesca artesanal sempre foi a predominante, e mais voltada para o mercado interno, enquanto, a pesca industrial ao mercado externo. No Brasil, as regiões Norte e Nordeste são as principais responsáveis pela produção interna do pescado artesanal, representando 40%. Enquanto, as regiões Sul e Sudeste são responsáveis pela produção industrial com 60% (MOREIRA, 2010).

Diversas organizações e estudos mostram a superexploração dos recursos pesqueiros com aumento dos interesses da produção industrial, indicando assim, a devastação e o desequilíbrio dos ecossistemas. Para tentar sanar tais problemáticas e garantir a renda básica às famílias de pescadores artesanais são necessárias políticas públicas que garantam o equilíbrio dos ecossistemas e a dignidade humana. Para Abdallah (1998) as políticas públicas nacionais se constituíram de duas maneiras, com o processo regulatório das atividades pesqueiras e com incentivos à produção, pois dessa forma o Governo ao mesmo tempo administraria e promoveria tais atividades.

Este estudo trata do Seguro Defeso (SD), que foi uma política criada com interações entre as políticas ambientais, pois tem o intuito de proteger as espécies dos diversos ecossistemas brasileiros, ao passo que, assegura às famílias de pescadores no período do defeso. Assim, objetiva-se de modo geral, analisar a política de pesca, precisamente, o seguro defeso na Ilha do Capim, no Pará. De modo específico: a) contextualizar as políticas de pesca no Brasil; b) fazer uma breve observação do Seguro Defeso na Ilha do Capim com levantamento de estudo,

buscando a sua importância na reprodução das famílias da Ilha do Capim, Abaetetuba/Pa.

A metodologia aplicada inicia com leituras-chaves que são: Abdallah (1998) para análise de políticas públicas pesqueiras no Brasil; Azevedo (2012) sobre a política pública de seguro defeso. Em um segundo momento realizou-se a contextualização da Ilha do Capim e a coleta de dados em dois momentos distintos, o primeiro realizado em aproveitamento da disciplina de Vivência de Campo II (14 a 21) do mês de outubro de 2022, que permitiu o contato direto com os pescadores da ilha. Além do mais, foi possível fazer a observação do cotidiano, através de conversas informais sobre as percepções dos pescadores sobre a política do Estado.

No momento seguinte, de modo remoto, ocorreu a formulação de um questionário semiestruturado com o interesse de compreender a importância e as problemáticas do SD na Ilha do Capim. O questionário foi realizado através de gravação de áudio, através do aplicativo WhatsApp com um dos moradores engajado nos movimentos sociais da ilha.

2. Políticas públicas de pesca no Brasil

As políticas públicas de pesca segundo Abdallah (1998) se dão em dois processos: a regulação da atividade e incentivo à produção. As políticas reguladoras se voltam à administração da atividade, com o intuito preservar recursos. Para isso, foi necessário a utilização de leis regulamentadoras, que se dividem em institucionalização dos órgãos e as próprias medidas para restrição e expansão da atividade pesqueira.

Quadro 01 - períodos e as regulamentações mais importante.

Período	REGULAMENTAÇÕES
---------	-----------------

<p>Metade do século XIX - 1930</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiras ações em prol da regulamentação das atividades pesqueiras. • Pelo contexto da época não era interessante as regularizações pesqueiras. • Em 1912 foi criada a “Inspetoria de pesca”. • Em 1923 Serviços de pesca e Saneamento do litoral.
<p>1932 a setembro de 1962</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Em 1932 é criada a Divisão de Caça e Pesca. • Decreto Lei nº 291 “Lei da expansão da Pesca” • Em 1938 criou-se (Decreto Lei nº 794) Código de Pesca. • Em 1941 criação da Policlínica dos Pescadores (Decreto Lei 3. 118)
	<ul style="list-style-type: none"> • Em 1942 teve a criação da Comissão Executiva de Pesca (Decreto nº 5.030). Extinta em 1945. • De 1945 a 1961 não houve regulações com maiores destaques. • Em 1961 foi criado a CODEPE- Conselho de Desenvolvimento de Pesca.
<p>1962 - 1989</p>	<ul style="list-style-type: none"> • De 1962 a 1988 SUDEPE – Superintendência para o Desenvolvimento de Pesca. • Constituição Federal de 1988/Art. 24 • Diversos decretos e portarias voltados à pesca.

<p>1989 – 1998</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). • As diversas atividades realizadas pela SUDEPE passaram a ser realizadas pelo Ibama • Criação de Diversas Portarias pelo Ibama. • Criação do Seguro-desemprego (defeso) Lei 8.287/91 em 1991 revogado em 2003 • Decreto nº 1964 de 1995 criou o SINPESQ- Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura. • Em 1996 – Programa Nacional da Agricultura Familiar, regulamentado para pesca artesanal.
<p>1998- 2022</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 2003- Criação da Lei nº 10.779. • 2003- SEAP/PR e CONAPE • 2003- Pescando Letras - Brasil Alfabetizado. • 2004- Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). • 2008- Plano Mais Pesca e Aquicultura. • 2009- Lei da Pesca 11.959/2009. • 2009- Criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, extinta em 2015. • Após ser SAP no MAPA (2015), foi transferida para o (MID) em 2017. Em 2019 volta a ser SAP no MAPA.

Fonte: Abdallah (1998); Ishisaki (2021).

Os incentivos à produção se dá através de incentivos fiscais que se inicia com o Decreto-lei 221 que teve duração 1967-1972 que permitiu as isenções fiscais e o incentivo à pesca. O Decreto lei nº 1.217 de 1972 fez-se ampliar o prazo de validade dos benefícios fiscais de 1973- 1977 e, depois, até 1981.

Para Hellebrandt (2012) às políticas de promoção, ajudou na estimulação da captura do pescado de forma excessiva, ainda ressalta que, no período da década de

60 a 70 acreditava-se que os recursos aquáticos brasileiros eram inesgotáveis, o que refletiu na política da época.

Tais incentivos fiscais tiveram grande contribuição para a produção nacional e para criação do parque industrial, dessa forma, a produção nacional obteve aumentos na produtividade, porém sem se preocupar com os estoques pesqueiros, e sem ao menos produzir estudos e análises mais acentuadas, o que contribuiu com a superexploração dos recursos (FURTADO apud MAIA, 2009).

Através da SUDEPE, prorrogou-se novamente até 1986 e com diminuição pela metade do imposto de renda devido, que ficou em 12,5%, sendo prorrogado novamente até 1989. Em 1988 com a isenção fiscal do óleo diesel passa a existir benefício fiscal à atividade pesqueira. Em 1997, através de uma medida provisória, foi concedido isenção do ICMS (ABDALLAH, 1998).

Ao tratar de políticas públicas pesqueiras, a Hellebrandt (2012) apresenta sua análise em dois momentos de 1950 até 2000, é (o período do setor pesqueiro nacional). Enquanto que a segunda é a partir dos anos 2000, que para autora a preocupação maior é social, como a segurança alimentar da população e a gestão dos recursos. Ou seja, diferentemente da década de 60 em que buscasse incentivar a pesca ao ponto de gerar diversas problemáticas ambientais, o seguro defeso é formalizado dentro do contexto de preocupação com a sociedade e com os ecossistemas.

Além disso, o aumento da produção do pescado industrial se deu em detrimento dos pescadores artesanais (ISHISAKI, 2021). Campos e Chaves (2016) dividem os pescadores em industriais e artesanais, dos quais entendem que industrial são os pescadores empregados, sejam com ou sem carteira assinada. Enquanto, artesanais se subdividem em: profissionais, aqueles que trabalham por conta própria e/ou não remunerada; e os que trabalham para subsistência, ou seja, para o próprio consumo. Pode-se assim, compreender que os incentivos à pesca industrial afetaram diretamente o modo de vida dos pescadores artesanais.

Segundo Maia (2009) as políticas regulamentadoras preocuparam-se sobretudo com a institucionalização dos órgãos, enquanto que a preocupação com a sustentabilidade dos estoques se deu apenas a partir de 1989 com a criação do Ibama.

2.1 Seguro defeso (SD)

O programa do seguro defeso, que está direcionado para público-alvo os pescadores e pescadoras artesanais da sociedade brasileira é uma política de seguridade social que está norteadada a transmissão de assistência financeira temporária a pescadores artesanais em decorrência da suspensão forçada de seus processos de trabalho.

As políticas públicas destinadas ao setor pesqueiro advêm dos esforços das organizações sociais pesqueiras. Na Amazônia, os direitos dos pescadores foram conquistados junto dos movimentos e dos entes representantes. Na década de 80 o setor pesqueiro artesanal obteve mais visibilidade a partir das organizações sociais, econômicas e políticas, estando também com o apoio de instituições como a igreja católica, ex.: pastoral da pesca (MAIA, 2016).

Ao tratar do SD é necessário dar enfoque na questão previdenciária, os direitos trabalhistas tiveram grande disparidade entre o urbano e o rural. Visto que, no início do século XX passou a existir as primeiras legislações para trabalhadores urbanos, enquanto que os demais trabalhadores da área rural foram incluídos apenas a partir de 1960 com Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FAPT, que durante a Ditadura passou a ser chamado de Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURA. Assim, a equiparação do urbano e do rural passa a acontecer apenas na Constituição Federal de 1988 (LOURENÇO et al., 2006).

Segundo Lourenço et al., (2006) a Seguridade Social tem como objetivo, garantir aos segurados o reconhecimento de seus direitos, quando estes por distintos motivos não conseguem obter renda. A Seguridade Social divide-se em dois órgãos: O Ministério da Assistência e Previdência Social (MPAS) e o Instituto

Nacional do Seguro Social (INSS). A Lei nº 8.213 de 1991 foi um marco para o movimento dos pescadores artesanais. Visto que, os seus direitos previdenciários passaram ser iguais aos dos trabalhadores urbanos, um salário mínimo, e ocorreu o reconhecimento dos direitos das mulheres e dos jovens dependentes com 16 anos ou mais (LOURENÇO et al., 2006).

O Seguro Desemprego foi criado através de dois Decretos, Lei nº 2.284 de 1986 e o Decreto Lei nº 92.608 de 1986. E a partir de 1988 com a Constituição Federal passou a ser um direito de todos os trabalhadores desempregados de forma involuntária. Através do Decreto Lei nº 7.998 foi criado o Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT) de 1990 para as políticas de seguro desemprego e abono salarial (AZEVEDO, 2012).

Para os pescadores artesanais no período do defeso, ou seja, no período que ficam proibido a pesca para venda foi criada uma política própria. Segundo Azevedo (2012) através da Lei 8. 287 de 1991 foi instituído o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal – SDPA, o seguro defeso é uma extensão do Seguro Desemprego, direcionada exclusivamente aos pescadores artesanais. Esta política pública cumpre dois vieses: o ambiental, objetivando a proteção das espécies e socioambiental, que a partir do salário mínimo contribui para o sustento das famílias durante o período do defeso.

3. Contexto histórico da Ilha do Capim, Abaetetuba/PA

Em todo seu contexto histórico os moradores da ilha realizam atividade pesqueira como base de proteína e como atividade interdependente das práticas tradicionais da comunidade. Os moradores da Ilha do Capim em sua maioria vivem da pesca do extrativismo vegetal e de demais atividades que se relacionam com o modo de vida tradicional, como a carpintaria naval, ou seja, seu modo de viver está intimamente ligado a sazonalidade da natureza.

De acordo com Azevedo (2018) a ocupação colonial da ilha deu-se no século XVIII, e pertencia a um fazendeiro, doando o local a uma das filhas, que se casou e

utilizou-se da área para fazer uma fazenda. Desde o início as atividades agroextrativistas forma realizadas e podem ser divididos em 4 períodos: (1840-1965) Período da Borracha; (1960-1990) período de pesca artesanal, nessa fase a pesca ocorria com maior ênfase; de (1990 até os dias atuais) ênfase do açaí, que passou a ser a maior fonte de renda para a maioria das famílias, sendo isto decorrente de diversos fatores (AZEVEDO, 2018).

3.1 Experiência do seguro defeso na ilha do capim

O estado do Pará possui forte relevância em função dos recursos do Programa Seguro Desemprego do Pescador Artesanal em consequência da presença de grandes áreas de pesca que abrigam espécies comerciais protegidas por períodos de defeso (IBAMA, 2014 apud GOUVEIA, 2015). Nesse viés, foram coletados dados referente a importância de tal seguridade social para os moradores da Ilha do Capim.

Atualmente, na Ilha do Capim são encontradas cerca de 188 famílias, aproximadamente 550 pessoas, onde, cerca de 250 pessoas estão matriculadas na colônia de pescadores. Nesse âmbito, para a Associação dos moradores da Ilha do Capim é entendido e estabelecido que todo ribeirinho é pescador, independentemente se ele é matriculado ou não na colônia Z-14 (colônia de pescadores da Ilha do capim).

Desse modo, são categorizados dois tipos de esferas existentes de pescadores, a primeira no sentido de identidade, baseado na cosmogonia, contudo, dentro dessa primeira perspectiva existe outra parcela de pescadores, que são aqueles matriculados na colônia, os quais são os beneficiários do SD. À vista disso, a colônia de pescadores os subdividem em duas categorias, os pescadores artesanais e os pescadores da pesca empresarial.

A presença da colônia de pescadores da Ilha do Capim chegou anteriormente a política pública do seguro defeso. Em meados de 1980/85 os pescadores já estavam sendo matriculados na colônia em decorrência a uma grande mobilização

PPGPP
30 ANOSIOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

para retirar a colônia de coronéis do período da ditadura de 1964, sendo um movimento social que teve grande participação da igreja católica do município, desse modo, sendo a primeira conquista dos pescadores do município, a retirada da colônia das posses dos cativos do regime militar.

Em meados de 2003, o senador Paulo Rocha, enquanto ainda atuava como deputado, teve uma forte influência para a criação e aprovação da política pública do seguro defeso. Lei essa, aprovada no governo Lula (PIOVESAN, 2015). Nessa conjuntura, baseiam-se que os pescadores da Ilha do Capim começaram a usufruir do programa do seguro defeso logo no início da implementação da presente política pública, entre os anos de 2003 e 2004.

Com aproximadamente 250 pescadores cadastrados na colônia, foi estabelecido na entrevista, que todos que estão catalogados na colônia Z-14 recebam SD, contudo, pode ocorrer que em algum ano, esse pagamento não ocorra para algum pescador. Assim, no ano seguinte esse pescador receberá o seguro normalmente, como também será ressarcido pelo ano em que não foi beneficiado, ou seja, ao invés de receber quatro salários mínimos no período do defeso esse pescador terá o direito de receber oito salários mínimos, entretanto, se faz necessário o encaminhamento de alguns documentos requerendo que ele recupere esse seguro que não foi depositado.

De acordo com Rodrigues (2022), a região assume um caráter político como também assume um caráter cultural, em consequência do seu fracionamento espacial regida pelo poder, compondo-se em espaço delimitado, controlado, e na introdução de saberes, característicos de diversos grupos sociais no proveito do ambiente, ou seja, do espaço e também de um aspecto econômico, em relação aos interesses e as relações sociais de produção. Desse modo, estabelecendo essa territorialidade e os interesses econômicos e/ou políticos e/ou culturais e/ou ambientais que iram dar significados pluridimensionais aos territórios (SAQUET, 2015, apud RODRIGUES, 2022).

PROMOÇÃO



APOIO



Outro aspecto contundente, segundo os moradores à medida que a política do seguro defeso era implementada, se tinha uma ideia de que só os homens eram pescadores, pois, eram eles que se locomoviam para realizar a pesca, nesse âmbito, uma discussão começou a ser levantada na localidade. Na época, tanto a governadora Ana Júlia, quanto o deputado Miriquinho Batista, começaram a reafirmar que o pescador é uma identidade. Dito isto, todos os núcleos familiares assumiram a identidade de pescador, pois, ao participar de pelo menos um processo da atividade da pesca, esse indivíduo se tornaria um pescador, seja na participação no processo de saída para a captura do peixe, no processo de limpeza ou na venda do pescado.

Então, a partir de 2008 a 2010, as mulheres começaram a participar mais fortemente como categoria de pescadores artesanal na região. Atualmente tem uma quantidade aproximadamente igualitária de homens e mulheres na atividade pesqueira. Nessa perspectiva, deve-se compreender a importância dos integrantes da família numa unidade familiar e as relações de gênero nas tarefas exercidas por homens e mulheres.

3.2 Dificuldades

Segundo os representantes da Associação PAE Partilhar, uma das principais dificuldades identificadas para participar do programa social foi ocasionado por problemas internos presentes na Ilha. Onde os jovens que estavam estudando e que completavam 18 anos, presumiam que não se encaixavam na categoria de pescador por ser estudante. Em meados de 2019 a 2020 a associação e a comunidade começaram a fazer um trabalho de conversar com esses jovens, com finalidade de estimular que essa categoria fizesse a aquisição de seus documentos, para então, se matricular na colônia de pescadores.

Muitos jovens possuem dificuldades para se matricular devido o valor de 750 reais para consolidar todas as etapas da matrícula. Os pescadores consideram esse valor alto para suas condições de renda.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023COASE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Atualmente, uma grande parcela dos jovens da Ilha do Capim que estão com mais de 18 anos e são matriculados na colônia, com exceção de alguns jovens que trabalham na escola, no posto de saúde ou que têm alguma outra atividade remunerada.

Outro aspecto em face de problemáticas, diz respeito ao valor recebido pelas famílias referente ao seguro defeso, onde o mesmo demonstra não ser suficiente para cobrir as necessidades de algumas famílias. O seguro defeso foi criado para que as famílias não realizassem venda de atividades pesqueira em determinado período, logo esse recurso visa manter aquelas famílias por determinado tempo, dessa forma, apesar do programa contribuir muito com a renda das famílias, muitas vezes não é suficiente para atender as demandas dos beneficiários.

Dessa forma, os pescadores atendem as demandas mais urgentes na sua realidade de vida, aquilo que é mais necessário como, alimentação, remédios, a compra nova equipamentos de pesca, e as dificuldades que são mais extremas, eles vão em busca dos serviços públicos, como o de saúde e de educação, mas geralmente esses problemas não são de imediato sanados.

Na entrevista foi repassado o que o período do defeso vai de 2 de novembro a 2 de março e que no período de novembro a dezembro grande parte das famílias estão realizando o trabalho com açaí, desse modo, com a ausência do trabalho pesqueiro grande parcela dos moradores da ilha do capim complementam suas rendas se voltando para o trabalho no açazal. Então, nesse período do defeso principalmente de janeiro a fevereiro a alimentação toda é ligada a pesca para alimentação.

No período do defeso algumas espécies ficam proibidas para captura, para que assim ocorra a reprodução natural das espécies em equilíbrio ecológico. Normalmente, nesse espaço de tempo os pescadores pescam mais nos igarapés e beiradas da Ilha para pesca de consumo. De março a outubro, quando se abre a temporada da pesca, essa técnica é realizada com uma diversidade de instrumentos, que são adequados para cada tipo de pesca, como a do camarão onde é utilizado o

PROMOÇÃO



APOIO



matapi, o filhote que é capturado com rede de nylon manheiro 48, a pescada e a sarda que são espécies capturadas com redes plásticas malheiro 35 ou 40, entre muitas outras técnicas.

4. CONCLUSÃO

Na Ilha do Capim umas significativas parcelas dos moradores estão envolvidas com o trabalho pesqueiro, alguns possuem a sua organização econômica ligada particularmente a essa atividade. Dessa forma, pode-se vincular o programa de seguridade como sendo um instrumento essencial para garantir a manutenção da vida dos pescadores juntamente com a proteção das espécies pesqueiras.

Nesse viés, o uso de recursos comuns para a comunidade ribeirinha, possuem forte influência da presente política pública, pois ela contribui fortemente para constituição da identidade dos pescadores, estimulando a associação do uso dos bens comuns. Conseqüentemente, é crucial que tenhamos uma perspectiva da luta realizada por essa comunidade perante a suas articulações no âmbito de sua inserção nas políticas públicas, com o intuito de fortalecer os sujeitos e seus vínculos sociais diante dos conflitos socioambientais enfrentados por eles.

À vista disso, se faz necessário uma melhor fiscalização em torno do acesso ao benefício, para com isso, não haver exclusão de pescadores, que são o foco desta seguridade. Assim, minimizando os problemas da concessão do recurso e garantir que se cumpra o papel como instrumento de políticas socioambientais.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, Patrícia Raggi. **Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução**. 1998. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999. doi: 10.11606/T.11.2020.tde-20200111-140202. Acesso em: 15 nov. 2022.
- AZEVEDO, Natália Tavares. **Política Nacional para o Setor Pesqueiro no Brasil (2003-2011)**. 2012. 349 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento)



– Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná.

AZEVEDO, Dadiberto. A **CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DE AÇAÍ PARA FORTALECER A GESTÃO TERRITORIAL NA ILHA DO CAPIM, NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA NO ESTADO DO PARÁ**. Orientadora: Ludivine Eloy Costa Pereira. 2019. 159. Dissertação (mestrado) - Mestrado Profissional em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais-MESPT. UNIVERSIDADE BRASÍLIA-UNB, Brasília, 2019.

CAMPOS, A. G Perfil laboral dos pescadores artesanais no Brasil: insumos para o programa Seguro Defeso. **Mercado de Trabalho**, n. 60, p. 63-73, abr. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6625>. Acesso em: 25 nov. 2022.

GOUVEIA, N. A, et al: **O seguro defeso do pescador artesanal: evolução dos recursos e beneficiários no estado do Pará**. Revista Monografias Ambientais Santa Maria, v.1 4, n.2, 2015, p.75-85.

HELLEBRANDT, L. et al. **Avaliação de políticas públicas aplicadas à pesca artesanal no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., 2012, Belém, Pará. Anais... Belém: Anppas, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/27475427/AVALIA%C3%87%C3%83O_DE_POL%C3%8DTICAS_P%C3%9ABLICAS_APLICADAS_%C3%80_PESCA_ARTESANAL_NO_BRASIL. Acesso em: 25 nov. 2022.

ISHISAKI, Fabio Takeshi. **Pesca por inteiro- Rio de Janeiro**: Instituto Talanoa, 2021. Livro eletrônico. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.politicaporinteiro.org/wp-content/uploads/2021/06/Pesca-Por-Inteiro_VF12.pdf&ved=2ahUKEwigr5Oa0_b7AhUKD7kGHWJaDH4QFnoECBYQAQ&usq=AOvVaw0B3eOm_-ATqISZ27RwWEVR. Acesso: 01 dez. 2022.

LOURENÇO, C. F.; HENKEL, J. de A. E. S.; MANESCHY, M. C. A. **A seguridade social para os pescadores artesanais no Brasil: estudo de caso no Pará**. 1.

PPGPP
30 ANOSIOINPP
20 ANOS**XI** Jornada
Internacional
Políticas Públicas19.22
SET/2022COABE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ed. Chennai: ICSF, 2006. V. 1. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.icsf.net/wpcontent/uploads/2006/09/930.ICSF175.pdf&ved=2ahUKEwiFyqvF1fb7AhVEFbkGHWN3B6gQFnoECAkQAQ&usg=AOvVaw1Q1mgae1E5PvQZU3hiZ1a7>. Acesso em: 05 dez. 2022.

MAIA, Maria Bernadete Reis. **Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social**. Orientador: Henrique dos Santos Pereira. 2009. 106 f. Dissertação (Mestre em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas. 2009.

MOREIRA, Cristiane Fernandes. **As denominações para os pescadores e os apetrechos na comunidade de Baiacu**. Orientadora: Teresa Leal Gonçalves Pereira. 2010. 380 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8784/2/Cristiane%20F.%20Moreira%204%20-%20A%20PESCA.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PIOVESAN, Eduardo et al. **Emenda aprovada regulamenta seguro-desemprego para trabalhador rural**. Agência Câmara de Notícias, Edição Pierre Triboli, 2015. Disponível em: (<https://www.camara.leg.br/noticias/471862-emenda-aprovada-regulamenta-seguro-desemprego-para-trabalhador-rural/>). Acesso em: 27 nov. 2022.

RODRIGUES, Julian Islan. **Um olhar sobre os conflitos no território ribeirinho da ilha do capim - Abaetetuba-PA**. Orientador: Manuel de Jesus Masulo da Cruz. 293 p. Dissertação para o mestrado em geografia. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez., 2006. p. 20-45.

PROMOÇÃO



APOIO

